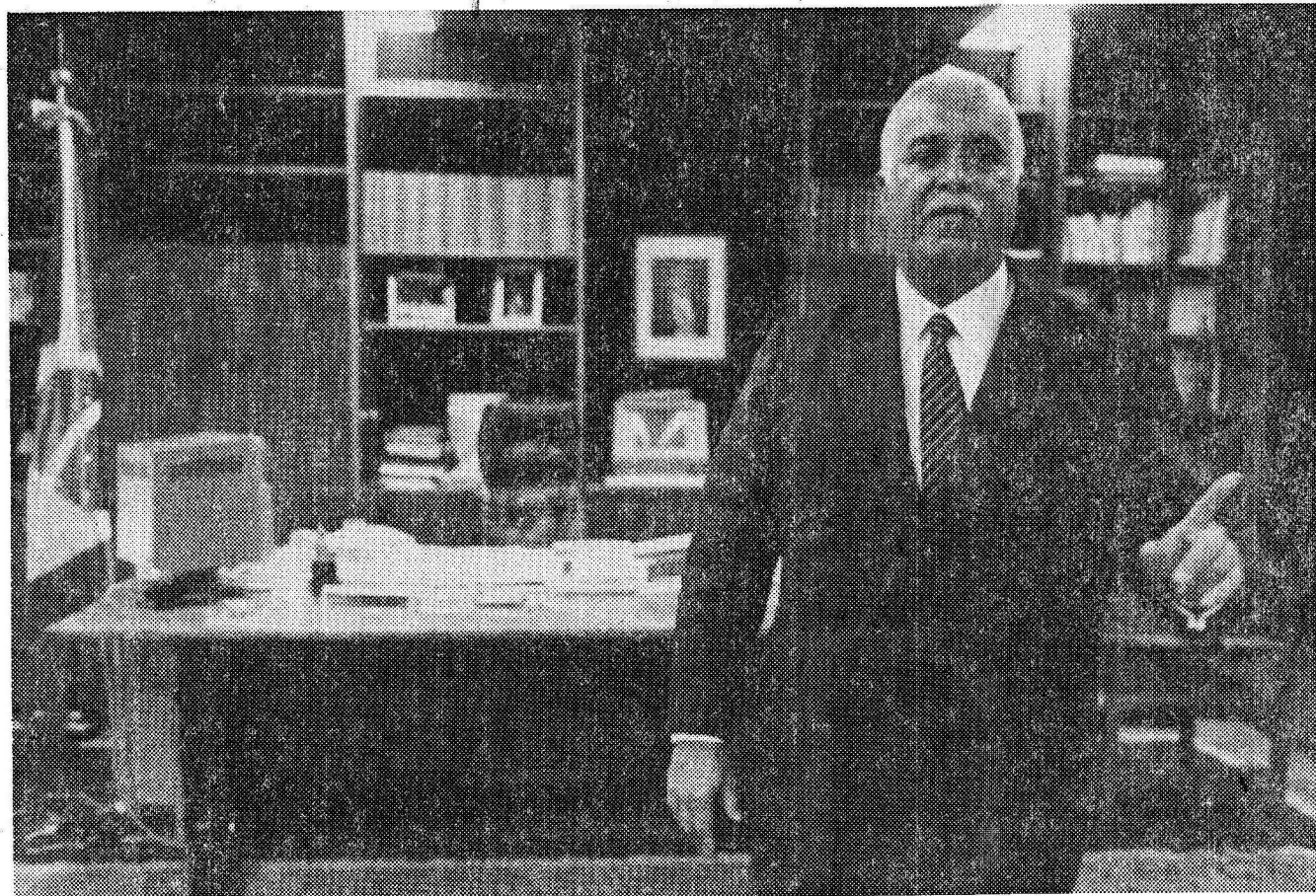


ENTREVISTA/Antonio Carlos Magalhães

“O congelamento da URP é só o primeiro passo”

Brasília — José Varella



Atribui-se ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, um grande poder no governo José Sarney, graças à sua inegável capacidade de operação política. Mas ele foi derrotado semana passada na economia. A receita que prescrevia para curar os males econômicos não passava pelo congelamento da URP e sim por um remédio mais drástico: a demissão dos funcionários ociosos. Convencido de que o pacote econômico é insuficiente para a redução da inflação, Antônio Carlos Magalhães prenuncia novas mudanças na política econômica a curto prazo, como privatização de empresas, extinção de órgãos e estatais e principalmente uma mudança radical no estilo do presidente no comando das questões econômicas. Em seu gabinete em Brasília, o ministro mostrou, durante a entrevista concedida à editora de economia Miriam Leitão, que é polêmico não apenas quando trata de política.

JORNAL DO BRASIL — Ministro, o sr. era contra o congelamento da URP. Agora, se sente derrotado?

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — Não. A área econômica tem mais elementos do que eu para avaliar a necessidade de uma medida como esta. Eles demonstraram que era indispensável, por um problema de caixa, a adoção da medida. Eu sou favorável a todas as discussões antes da tomada das decisões. Depois que ela está tomada, o governo tem que marchar homogeneamente para que as decisões surtam efeito.

JB — O sr. está convencido de que as medidas vão surtir efeito?

ACM — Já tiveram um efeito psicológico. A população reclamava providências para cortar o déficit público. Esta é uma delas, outras virão. Privatização e extinção de empresas, por exemplo. O congelamento da URP é só o primeiro passo.

JB — Quando o sr. se opunha ao congelamento da URP, que alternativas propunha?

ACM — Nós sabemos que no Brasil existem muito mais do que 200 mil funcionários que não trabalham e que pesam, inclusive impedindo que se dê salário melhor a quem trabalha. Infelizmente o Brasil tem uma tradição, que não é a minha, de não demitir funcionário público. Eu sou a favor de demissão no serviço

melhor Correio do mundo. Quanto à Telebrás, os serviços têm melhorado, apesar de haver algumas áreas congestionadas, como o Rio de Janeiro. Só não pudemos melhorar ainda mais porque a indústria não pôde atender às nossas encomendas. Se estão entre as melhores do país, não há por que privatizar. Se privatizássemos, os empresários iriam para as áreas boas da telefonia. Não iriam para o Acre, para Rondônia, e nós mantemos um sistema em que tiramos dinheiro das companhias mais rentáveis para levar às áreas onde o desenvolvimento não chegaria se não fosse a interferência do setor público.

JB — A impressão do usuário é de que a telefonia só tem piorado nos últimos anos.

ACM — Ela estava piorando, mas melhorou muito. Faço um teste agora: você pode ligar para qualquer lugar do país em não mais que três minutos. Em poucas nações do mundo acontece o que acontece aqui: o número de telefones aumenta em um milhão por ano.

JB — A Argentina vendeu parte da empresa telefônica como forma de diminuir a presença do Estado na economia. Por que não fazer isto aqui?

ACM — O objetivo de uma nação continental como o Brasil de levar a sua telefonia a todo o país não seria alcançado se a telefonia estivesse com a iniciativa privada. A Argentina está vendendo sua empresa para o capital estrangeiro e está fazendo um programa de telefonia móvel, com empresas estrangeiras. Nós estamos proibidos de fazer isto por um dispositivo da Constituição. O Brasil está ficando atrasado por causa da mentalidade retrógrada de que não se pode levar para o setor privado algumas atividades nessa área. A Constituição proíbe a transmissão de dados e a telefonia móvel que não seja feita por empresas do Estado. A telefonia móvel é muito importante, mas é elitista e poderíamos deixar isto para o setor privado. Se entrar em vigor a Constituição, não será possível. Ela é taxativa.

JB — O Sr. proclamou “Ganhou o Sarney e eu também” quando se anunciou o resultado que consagravam o presidencialismo e os cinco anos. Mas na área da política econômica, os srs. ganharam para fazer o quê? A impressão que o governo passa para a opinião pública é de um governo paralisado, indeciso e que está levando o país para a pior crise da sua história.

ACM — Não está havendo uma certa compreensão e os meios de comunicação são muito responsáveis por isto. Pintam o horror e isto vai contagiando.

JB — Somos nós que pintamos o horror? O ministro do Planejamento falou em inflação de 600% este ano!

ACM — A Bolívia já chegou a uma inflação de 24 mil por cento.

JB — Mas esta é a pior da nossa história.

ACM — É. Esta é a pior inflação da nossa história. Este momento é um dos mais difíceis da nossa história e por isto o governo está tomando medidas corajosas com o apoio da população. Quer dizer, de uma parte da população. O governo que tinha direito a seis anos, quis e lutou pelos cinco anos não para entrar na história, porque o presidente José Sarney já entrou para a história como o presidente mais democrático e mais tolerante, e que mais recuperou perdas salariais. Mas isto vocês não vêem. Ele quis mais um ano de mandato para tomar essas medidas e certamente o sucessor dele não vai

sofrer estes problemas que Sarney tem sofrido na área econômica porque ele vai ter a coragem de enfrentar o que for preciso e provar que não é indeciso.

JB — O governo está decidido a continuar a demitir funcionários para manter o trabalho no serviço público?

ACM — Quantos forem necessários. Ninguém se iluda quanto a isto. É uma decisão em que não há volta. Posso falar porque no meu Ministério não há caso de demitido ter voltado. Mas agora não vai mais haver volta em área nenhuma. Essa é a vontade do Presidente. O ministro que quiser readmitir, ele é que será demitido.

JB — O sr. não está confundindo o seu estilo com o estilo do presidente?

ACM — Não. O presidente é que tem me levado a dizer isto com tanta firmeza. Este é o estilo que ele tem adotado no governo, desde que foi confirmado o seu mandato de cinco anos.

JB — Ele demorou quarenta dias para decidir pelo congelamento da URP.

ACM — Pense no governo sempre a partir do dia 22 de março, a superterça. Até na economia as coisas mudaram com um novo ânimo e melhoria nas bolsas de valores depois da definição do mandato. O presidente vai continuar tomando decisões, mesmo contrariando seu temperamento conciliador, que ele não arrepente de ter, mas quer mudar. Os atos duros em benefício do país ele vai fazer, custe o que custar.

JB — O ministro do Planejamento falou na coletiva de quinta-feira que a inflação deste ano será de 600%. Não há precedente histórico de uma autoridade admitir isto, mesmo quando está trabalhando com hipóteses pessimistas internamente. O que sr. acha?

ACM — Acho inábil. Eu não diria isto, primeiro porque o número vai influenciar psicologicamente na alta. Ele deve ter falado num número alto, porque se der uma inflação mais baixa, eles terão evidentemente alguns louros. Mas não se brinca com esses números.

JB — Técnicos do Ministério da área econômica divulgaram uma previsão de inflação de 21% em abril, antes de haver números fechados ao IBGE. Agora o ministro fala em inflação de 600%. O governo está querendo tocar fogo no circo?

ACM — Eu não acho correto nem hábil uma figura do governo ir para o horror. Eu sou um admirador enorme do ministro João Batista, mas não acho que esta seja a colocação politicamente correta. Acho inábil. Na certa, ela pensa de outro modo. Mas ele está ajudando a criar uma expectativa muito negativa. Esta é uma entrevista muito franca, eu não vou ocultar meu pensamento.

JB — O governo aprovou um programa de aposentadoria generoso demais para quem está com as finanças arruinadas.

ACM — Se houver um número muito grande de pessoas que queiram se beneficiar da medida, o governo aprovará paulatinamente. O governo tem mecanismos para controlar, mesmo que o volume seja grande.

JB — O sr. não teme que a medida sirva apenas para que o governo gaste muito, perca os melhores quadros e não se combata o problema de curto prazo de caixa?

ACM — O governo, com esta medida, tem a capacidade de selecionar quem ele queira. Não aprovará as aposentadorias indistintamente não. Imagina se o governo vai deixar sair justamente os melhores quadros e melhores ordenados!

JB — Então o governo vai discriminar? Vai aceitar os pedidos de alguns e de outros não?

ACM — O Governo tem o direito e o dever de decidir a quem cabe este benefício. É óbvio que este benefício não é para o funcionário competente, para o que produz. Este benefício é para o funcionário que ganha e que não produz o equivalente ao que ele ganha. Fora daí seria irracional.

JB — O senador Marco Maciel mobilizou alguns economistas, preparou propostas para a solução dos problemas de política econômica e trouxe ao governo. O sr. gostou das propostas?

ACM — Eu não as conheço na íntegra. As teses são boas. Agora, o senador Marco Maciel é um homem de muito valor, que esteve dois anos no governo e teve oportunidade de trazer essas teses antes. Ele está chegando um pouco atrasado

JB — Na sua opinião, quais os melhores economistas do país?

ACM — Gosto principalmente de dois, com estilos diferentes: Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto. Em Simonsen eu gosto do conhecimento geral, a alta competência, conhece economia como poucos e é um homem de renome internacional. Em Delfim eu gosto do conhecimento e da rapidez de aplicação do seu pensamento.

JB — Delfim assumiu o comando da economia com reservas cambiais de US\$ 12 bilhões e o país quebrou três anos depois. Pegou uma inflação de 40% — deixada pelo Simonsen — e levou-a para 200%.

ACM — Não. Foi pior. Levou para 240%. Hoje ele esquece um pouco isto porque a memória é curta. Agora eu vou fazer uma confissão. No dia 3 de agosto de 1979, quando o Mário Henrique saiu, eu estive na casa dele para fazer um apelo para que ele ficasse. Ele disse: “Eu saio porque eu perdi o respeito pelo governo. Nós vamos para uma inflação enorme e eu não vou ser responsabilizado por ela, porque o governo não quer adotar as medidas que eu proponho e o presidente não tem interesse nelas. Eu trabalhei com um outro presidente (Geisel) que se interessava e discutia os problemas comigo e esse (Figueiredo) não discute nenhum

Os espanhóis estão trazendo dinheiro da ITT. Por que não receber esse capital diretamente?

assunto, ou porque não sabe, ou porque tem preguiça.” Nós vivemos na época do Delfim aqueles momentos dramáticos em Nova Iorque, quando não tínhamos reservas, mas ele é um homem competente, sabe fazer, só que dependia de um comando. E, no caso de Delfim, o comando não existia.

JB — No final do ano passado o então ministro Bresser Pereira apresentou uma proposta de pacote fiscal que combatia as renúncias fiscais, ou seja, os incentivos. As medidas permitiram um aumento da arrecadação considerável, mas o pacote foi bombardeado pelo governo e o ministro Bresser saiu. O sr. não acha que se o pacote fosse adotado a situação agora seria bem menos grave?

ACM — Os incentivos fiscais são muito interessantes. Os empresários paulistas querem o fim dos incentivos, mas querem mantê-los para a área da exportação. O Nordeste é uma região paupérrima que precisa dos incentivos, em suas áreas extremamente carentes. Em tese, os incentivos devem acabar. A realidade do Nordeste e do Norte é muito diferente da do Sul. É impossível imaginar o Nordeste sem a Sudene. Posso citar outro exemplo, o da Bahia, em que houve uma campanha imensa contra os incentivos fiscais para o pólo de Camaçari, mas nós plantamos o pólo petroquímico contra a vontade de São Paulo e da imprensa. O resultado é que o pólo hoje é o melhor do país e participa da renda do Estado em mais de 32%. Hoje ele dispensa incentivos, mas não poderia ter sido implantado sem incentivos. O pólo agora está consolidado e só alguns incentivos devem permanecer.

JB — O governo tem outra carta na manga para combater o déficit, ou esse arrocho no salário do funcionalismo é tudo?

ACM — O governo vai tomar outras medidas e muito importantes. É preciso permitir o aumento da entrada do capital estrangeiro. É preciso acertar rápido com o Fundo Monetário. Precisamos sair da crise através do dinheiro novo. Temos que conviver com o capital estrangeiro.

A Espanha está fazendo isto. No caso da Standard Electric do Rio, os espanhóis estão fazendo operações triangulares, trazendo dinheiro da ITT. Por que não fazer isto diretamente? Como diz Felipe González, quem vai carregar as fábricas instaladas aqui? A Constituição, que está dificultando o progresso e o desenvolvimento do país criando obstáculos ao capital estrangeiro não representa a vontade do Brasil.

ECONOMISTAS DEBATEM DAPOTE